

Entrevista com o Exmo Sr. Des. Sidnei Agostinho Beneti, Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM) da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)



1.- Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Ingressou na Magistratura como Juiz Substituto em janeiro de 1972.

2.- É Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura, órgão da AMB. Foi Secretário Geral da Escola Paulista da Magistratura.

3.- É Vice-Presidente da União Internacional de Magistrados, sediada em Roma.

4.- Doutor em Direito Processual pela Faculdade de Direito da USP, Faculdade pela qual se formou em 1968. Cursos de Especialização pela mesma Faculdade em Direito Civil, Comercial e Processual Civil, com os Prof^{os}. Washington de Barros Monteiro, Sílvio Marcondes Machado, Alfredo Buzaid e Luiz Eulálio de Bueno Vidigal.

5.- É Professor de Prática Civil no Curso de Estágio na Faculdade de Direito da USP e Titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

6.- Nomeado pelo Ministro da Justiça, integrou as Comissões de Reforma do Código de Processo Civil, presidida pelo Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, e integra a Comissão de Reforma do Código de Processo Penal, presidida pela Prof^a. Ada Pellegrini Grinover.

7.- Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (São Paulo), do Instituto dos Advogados de São Paulo, do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual (Montevideo), da Associação de Direito Internacional (Londres), da Sociedade Jurídica Alemanha-Japão (Hamburgo), da Associação Internacional de Direito Penal (Pau).

8.- Realizou cursos: Cursos de Formação de Juizes e Administração da Justiça na

Academia de Juizes Alemães (Trier), Centro Judicial Federal, Centro Nacional de Cortes Estaduais e Escola Judicial Nacional, nos Estados Unidos, e cursos sobre Direito Processual, Direito Civil e Direito Internacional, nos Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, França, Bélgica, Itália, Espanha e Holanda.

9.- Foi bolsista do Instituto Max Planck em Freiburg-im-Breisgau e em Hamburg, na Alemanha.

10.- Fluência nos idiomas francês, inglês, italiano, espanhol e alemão.

11.- Livros publicados:

1) Modelos de Despachos Sentenças (Saraiva, 6a. edição);

2) Execução Penal (Saraiva, 1996);

3) Juizados Especiais Cíveis e Criminais, em colaboração com Fátima Nancy Andrichi (Del Rey, 1996);

4) "O Juiz na Audiência, em colaboração com Fátima Nancy Andrichi (Revista dos Tribunais, 1996);

5) Da Conduta do Juiz (Saraiva, 1997).

12.- Escritos em obras coletivas:

1) Deontologia da Linguagem do Juiz, em Deontologia da Magistratura, coordenador José Renato Nalini, Ed. Saraiva, 1992;

2) "O Processo na Suprema Corte dos Estados Unidos", em "O Judiciário e a Constituição, coordenador Sálvio de Figueiredo Teixeira, Saraiva, 1994;

3) "A Nova Ação Monitória", "A Penhora de Bem Imóvel diante da Lei n. 8.953/94" e "A Reforma Processual Alemã e a Interpretação da Reforma do Código de Processo Civil Brasileiro", em "A Reforma Processual Civil", coordenador Sálvio de Figueiredo Teixeira, Ed. Saraiva, 1996;

4) "A Formação do Juiz na Alemanha" e "A Formação do Juiz na Holanda", em "Formação do Juiz", de Sálvio de Figueiredo Teixeira, Ed. Del Rey, 1999;

5) "Resolução Alternativa de Conflitos e Constitucionalidade", em "Constituição de 1988 - 10 Anos", coordenador Antonio Carlos Mathias Coltro, Ed. Juarez de Oliveira, 1999;

6) "Direito Processual Civil Supranacional", em "Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional", coordenador Enrique Ricardo Lewandowski, Ed. Juarez de Oliveira, 2000.

13) Possui cerca de 60 artigos publicados, na Revista dos Tribunais, Revista Forense, Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça de S. Paulo, Julgados dos Tribunais de Alçada, Revista da Ajuris, La Ley e outras.

Direito Militar - Qual o papel da Escola Nacional da Magistratura no movimento de formação dos magistrados brasileiros?

Sidnei Beneti - Criada pela AMB, órgão de classe dos próprios Juizes, prova a criatividade da Magistratura. Funciona como órgão de aperfeiçoamento da Magistratura, por intermédio de seus cursos e de fornecimento de oportunidade de conhecimento da experiência de outros povos. É centro disseminador de experiências entre as Escolas da Magistratura, por intermédio do intercâmbio

que enseja e da realização de Reuniões anuais de Diretores de Escolas. Prestou e presta admirável colaboração à reforma processual e do Poder Judiciário. E intercambia Magistrados no âmbito internacional. Muito antes que o legislativo e os próprios Tribunais despertassem para a necessidade de formação e aperfeiçoamento da Magistratura, já a AMB, por intermédio da ENM, passou a ocupar-se dessa relevante tarefa.

Direito Militar - Na condição de vice-presidente da União Internacional de Magistrados (UIM), qual o seu pensamento em relação ao associativismo internacional e como essa entidade pode contribuir para o fortalecimento da magistratura mundial?

É centro
disseminador de
experiências
entre as
Escolas da
Magistratura...

Sidnei Beneti - A Magistratura não pode ser livre e independente sem a liberdade e a realidade associativa. Por isso, o art. 12 do Estatuto Universal dos Juizes, aprovado por mais de meia centena de delegações nacionais de Magistrados, em Taipei, Taiwan, a 17.11.1999, estabeleceu: "O direito de associação profissional do juiz deve ser reconhecido, para ensejar aos juizes serem consultados especialmente sobre a determina-

ção de suas regras estatutárias, éticas ou outras, meios de realização da Justiça, e para permitir assegurar a defesa de seus interesses legítimos". A UIM significa uma forte rede de solidariedade entre as Associações de Magistrados do mundo, na defesa de um valor superior de toda a humanidade, que é garantia de existência, em cada um dos povos, de um sistema de realização da Justiça absolutamente independente e eficaz. Só os regimes totalitários são contrários ao associativismo dos Magistrados.

Direito Militar - Na Proposta de Emenda Constitucional, aprovada na Câmara dos Deputados e atualmente tramitando no Senado Federal, há a previsão de uma Esco-

la Judicial. Sabendo-se que já existem escolas nos Estados, além da própria Escola Nacional, órgão da AMB, como será possível conciliar essas atividades?

Sidnei Beneti - A ENM possui decenária experiência de conexão das diversas Escolas Nacionais, na busca do aperfeiçoamento da formação do Magistrado. A diversidade das Escolas é louvável e essencial, seja pelo caráter federativo do Estado brasileiro, seja porque incentiva a diversidade da criatividade e do ensaio-e-erro no agir. A troca de experiências surgidas livremente é extremamente profícua. Se criadas Escolas de caráter nacional, em cada um dos Tribunais Superiores, destinadas às respectivas áreas, também elas, com a ENM, estarão unidas em trabalho comum, visando a melhoria das condições da Magistratura. O fenômeno não será novo no mundo, mormente considerada a experiência dos Estados Federais (por exemplo, EUA, Alemanha, Canadá, Rússia). A prática futura determinará a divisão das águas. A soma dos esforços há de construir a melhor Justiça, pela qual todas as Escolas anseiam trabalhar, em prol do nosso povo.

Direito Militar - Em recente reunião da Comissão de reforma do Poder Judiciário da AMB foi criada uma subcomissão para legislação infraconstitucional, com a finalidade de também apreciar e sugerir modificações na legislação. Como a Escola Nacional da Magistratura poderia colaborar com essa comissão ou com o Congresso Nacional?

Sidnei Beneti - A ENM é órgão da AMB, de maneira que, tradicionalmente, já vem com esta trabalhando. A grande experiência da ENM, sobretudo vinda da época em que seu Diretor Presidente do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, com a elabora-

ção de doze projetos de lei processual civil, que resultaram na Reforma do CPC de 1994/1995, e dezessete Projetos de Reforma do CPP, base dos projetos ora em andamento no Governo, será muito útil. Por outro lado, os trabalhos da Comissão de Reforma presidida pelo Min. Sálvio de Figueiredo – das quais, todas, tive a honra de integrar – sucederam aos trabalhos da chamada Comissão de Racionalização Processual, que funcionou muito tempo na AMB. Não será necessário estabelecer regras para colaboração entre AMB e ENM, assim como não se estabelecem regras prévias para a colaboração entre os membros da mesma família. No momento necessário, cada qual cumpre o seu papel setorial,

com a consciência do mesmo objetivo que é melhoria dos instrumentos de Justiça.

...cada qual
cumpre o seu
papel setorial,
com a consciência
do mesmo
objetivo que é
melhoria dos
instrumentos de
Justiça.

Direito Militar - Sabe-se que em todos os países há uma preocupação com a formação de magistrados. Há alguma preocupação da União Internacional de Magistrados (UIM) ou de outra entidade para solucionar esse problema?

Sidnei Beneti - Sim. A UIM, por intermédio da Fundação Justiça no Mundo, por ela criada, com sede em Madri, possui um órgão denominado Instituto para o Poder Judicial, destinado a estudar a Magistratura e formação dos Magistrados em todo o mundo. Publicou já o volume “Tratado de Organização Judiciária Comparada”. Realizou dois cursos de formação de Magistrados, em La Coruña, Espanha, e Vitória, Brasil. E duas reuniões de seu Conselho Acadêmico, na Escuela Judicial em Barcelona, e em Andorra. O Conselho Acadêmico é integrado não só por Magistrados, mas também por Professores e Cientistas do Direito da maior expressão mundial. Nesse ponto o trabalho apenas começa, mas, com absoluta certeza, virá a produzir os melhores frutos.